

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

2008/2224(INI)

20.1.2009

PARECER

da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

dirigido à Comissão da Cultura e da Educação

sobre um diálogo activo com os cidadãos sobre a Europa
(2008/2224(INI))

Relatora de parecer: Claire Gibault

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros insta a Comissão da Cultura e da Educação, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

- A. Considerando que, embora estando cada vez mais bem informados, os cidadãos ainda continuam a ser frequentemente negligenciados pelas estruturas políticas, nomeadamente no âmbito das acções desenvolvidas na e pela União Europeia,
1. Lembra que as mulheres votaram maioritariamente "Não" nos últimos referendos sobre a Europa: 56% em França (Flash Eurobarómetro 171), 63% nos Países Baixos (idem 172) e 56% na Irlanda (idem 245); considera que este voto negativo provém, entre outros factores, da escassa participação das instituições europeias nas políticas que dizem directamente respeito às mulheres e que se baseiam na desigualdade persistente entre homens e mulheres, tais como as políticas em matéria de conciliação da vida profissional e familiar ou em matéria de ajuda às pessoas dependentes;
 2. Sublinha que, na carta aberta que contém as 27 recomendações dos participantes na conferência de encerramento dos seis projectos de cidadãos do Plano D, intitulada "O Futuro da Europa – Um projecto para todos os cidadãos", se pede à União Europeia que intervenha mais eficazmente no domínio da política social e da coesão social, nomeadamente a fim de combater as disparidades salariais e de promover a igualdade entre as mulheres e os homens, e que, de um modo mais geral, conceda uma atenção específica a estas questões de igualdade frequentemente negligenciadas;
 3. Solicita uma análise completa da participação das mulheres no processo de tomada de decisão na Europa, a fim de identificar e promover o seu papel de factor unificador na sociedade;
 4. Insiste no papel das mulheres na UE e incentiva as instituições europeias a instaurarem, em cooperação com os Estados-Membros, dispositivos duradouros que tenham em conta as relações sociais e as desigualdades entre os homens e as mulheres em todas as políticas públicas;
 5. Apela a uma melhor informação das jovens e das mulheres relativamente ao conceito de cidadania europeia e aos respectivos direitos, nomeadamente nas regiões social e geograficamente isoladas; sublinha que estas campanhas devem ter como objectivo uma melhor participação das mulheres na vida política e no processo de tomada de decisão;
 6. Felicita a Comissão pela escolha dos projectos co-financiados, no âmbito do Plano D, pelas suas representações e que incluem numerosas organizações femininas e numerosos projectos relativos a mulheres;
 7. Solicita à Comissão que promova programas e campanhas (tais como "O mundo visto pelas mulheres") que encorajem as actividades sociais, políticas e culturais das mulheres, tendo em conta o papel das mulheres para o diálogo intergeracional, a sustentabilidade e a prosperidade da sociedade;

8. Encoraja as instituições europeias a desenvolverem, preferencialmente às campanhas de comunicação e de marketing, políticas económicas e sociais que respondam às expectativas e às necessidades dos cidadãos dos Estados-Membros; neste sentido, apoia, por exemplo, as propostas da Comissão em matéria de licença parental, as quais têm por finalidade reforçar o princípio de conciliação entre a vida profissional e a familiar, permitindo deste modo que os cidadãos europeus tenham o número de filhos que desejam, fazendo assim face ao défice demográfico e à ameaça económica e social que o mesmo representa para o nosso continente;
9. Reconhece as competências das mulheres em matéria de resolução dos problemas e dos conflitos e insta vivamente a Comissão a reforçar a participação das mulheres nas task forces e nos grupos de trabalho consagrados à vida familiar, à assistência à infância, à educação, etc.;
10. Insiste na necessidade de promover a participação das cidadãs e dos cidadãos em domínios como a violência de género ou o tráfico de seres humanos, nos quais o envolvimento da sociedade é indispensável para avançar na resolução dos problemas;
11. Sublinha a necessidade de promover medidas que visem eliminar a fractura digital de género a fim de proporcionar às mulheres, nas mesmas condições, os instrumentos de participação no diálogo sobre a Europa;

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	20.1.2009
Resultado da votação final	+ : 16 - : 0 0 : 1
Deputados presentes no momento da votação final	Edit Bauer, Emine Bozkurt, Hiltrud Breyer, Edite Estrela, Ilda Figueiredo, Claire Gibault, Livia Járóka, Urszula Krupa, Roselyne Lefrançois, Siiri Oviir, Marie Panayotopoulos-Cassiotou, Eva-Britt Svensson, Anna Záborská
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Gabriela Crețu, Iratxe García Pérez, Anna Hedh, Maria Petre